

## **RESUMO**

A incorporação de gênero nas políticas públicas é entendida como o reconhecimento de que a população não é homogênea, mas recortada por diferenças que precisam ser entendidas para que as políticas públicas atendam às diferentes necessidades da população, e não discriminem nenhum grupo.

Contudo, essa incorporação, dependendo de como as necessidades de gênero são definidas, pode acabar reduzindo-as a uma série preestabelecida de itens que precisam ser satisfeitos.

Assim, esta pesquisa tem a intenção de fazer uma discussão teórica da definição de necessidades de gênero, necessidades estratégicas de gênero e necessidades práticas de gênero, que uma das principais proponentes do Planejamento com perspectiva de Gênero, Moser (1986), propõe.

## **PALAVRAS-CHAVES**

Políticas públicas; Gênero; Relações de gênero; Necessidades; Necessidades estratégicas de gênero; Necessidades práticas de gênero; Divisão do trabalho de acordo com gênero.

## **ABSTRACT**

The integration of gender into Public Policies is understood as the recognition of the fact that the population is not homogeneous, but marked by differences. If the intention of Public Policies is to attend the different needs of the population and not to discriminate against any group, these differences have to be apprehended.

Anyway, depending on the definition of gender needs, there is a danger of them being reduced to a blueprint list that of wants.

This research intends to discuss the definition of gender needs, strategic gender needs and practical gender needs, as defined by Moser (1986).

## **KEY WORDS**

Public policies; Gender; Gender relations; Needs; Gender needs; Strategic gender needs;

Practical gender needs; Division of labour according to gender.

## SUMÁRIO

Agradecimentos .....	3
I. Introdução .....	4
II. Síntese do projeto .....	5
III. Trajetória seguida .....	6
IV. A pesquisa .....	7
1. Introdução .....	7
2. A questão das necessidades práticas e estratégicas: críticas .....	8
3. Descrição dos projetos e a questão das necessidades práticas e estratégicas ...	15
3.1. Os projetos .....	15
3.1.a. O Programa de Garantia de Renda Mínima .....	15
3.1.b. Projeto Dique .....	18

3.1.c. Projeto México 70 .....	21
3.2. Os projetos e a questão das necessidades práticas e estratégicas .....	22
V. Conclusão .....	28
VI. Bibliografia .....	32

## **AGRADECIMENTOS**

Esta pesquisa não poderia ter sido realizada sem o apoio financeiro e acadêmico do Núcleo de Pesquisas da Fundação Getulio Vargas.

Agradeço também a todas as pessoas que me ajudaram neste trabalho, em particular Arnaldo Machado de Souza (Secretário de Governo Municipal de Campinas), Helder Leal da Costa (Diretor de Descentralização e Participação da Prefeitura de Campinas), Rosângela Prado (Assessora de Apoio Técnico à Família, Criança e Adolescente da Secretaria Municipal da Família, Criança e Adolescente de Campinas) e Márcia C. Luz (Assessora de Habitação da Secretaria de Governo Municipal de São Vicente).

Não posso deixar de mencionar o carinho tanto da Bia como da Isolete (do Núcleo de Pesquisas da Fundação Getulio Vargas) que sempre estão dispostas a tirar as dúvidas quanto a datas, formato, etc. da pesquisa.

# POLÍTICAS PÚBLICAS E GÊNERO: A QUESTÃO DAS NECESSIDADES PRÁTICAS E ESTRATÉGICAS

*Leda Maria Vieira Machado*

## I. INTRODUÇÃO<sup>1</sup>

Este trabalho é o resultado da pesquisa “Políticas públicas e gênero: a questão das necessidades práticas e estratégicas”.

A incorporação de gênero nas políticas públicas tem sido disseminada nas últimas décadas. O argumento é que a incorporação de gênero propicia um melhor entendimento dos diferentes papéis que homens e mulheres desempenham na sociedade e, conseqüentemente, um melhor entendimento das necessidades que esses papéis acarretam. Com esse entendimento, as políticas públicas teriam mais condições de atender essas necessidades.

Estudiosos da área, em particular Moser (1986, 1989, 1993), propuseram que essa incorporação deveria se dar através da definição das necessidades práticas estratégicas (ibid.).

Contudo, essa proposição tem recebido críticas. A questão das necessidades práticas e estratégicas e em que medida essa conceituação pode ser usada como uma panacéia no enfrentamento das diferentes necessidades da população é o objeto desta pesquisa.

A apresentação deste relatório está organizada em cinco partes:

1. Introdução
2. Síntese do projeto inicial
3. Trajetória seguida
4. A pesquisa
5. Conclusão

<sup>1</sup> Os autores que não são de língua portuguesa foram traduzidos pela autora.

## II. SÍNTESE DO PROJETO

Esta parte apresentará uma síntese do projeto inicial (objetivos, base teórica, hipótese, metodologia, fontes selecionadas e cronograma).

Especialistas da área de planejamento e desenvolvimento têm argumentado que a incorporação de gênero nas políticas públicas é fundamentada através da definição de necessidades práticas e estratégicas. Essa proposição é baseada nos trabalhos de Molyneux (1984, 1986). Para essa autora, é muito difícil conceitualmente falar de interesses de mulheres. As mulheres são afetadas por seu posicionamento étnico, de classe e de gênero. Assim, para evitar simplificações, ela argumenta que os interesses que homens e mulheres têm em comum são interesses de gênero. Esses interesses são aqueles desenvolvidos em virtude do posicionamento social de homens e mulheres através dos atributos de gênero (ibid.).

Eles podem ser práticos e estratégicos. Interesses práticos são aqueles que se desenvolvem como consequência das condições da situação de fato das mulheres na divisão do trabalho de acordo com o gênero. Devido a essa divisão, as mulheres são as principais responsáveis pela esfera doméstica. Os interesses estratégicos derivam da análise da subordinação das mulheres e da formulação de objetivos para superar essa situação (ibid.).

Baseada nessa conceituação, Moser (1993), na perspectiva de planejamento, traduziu interesse por necessidades práticas e estratégicas de gênero.

Assim, este projeto tem como objetivo examinar em que medida a conceituação de necessidades práticas e estratégicas de gênero não estariam reduzindo o entendimento do universo bastante complexo das necessidades da população e, dessa forma, comprometendo a incorporação de gênero nas políticas públicas.

A hipótese é que essa conceituação pode reduzir a incorporação de gênero nas políticas públicas a uma panacéia no enfrentamento dos problemas enfrentados pela população.

A metodologia adotada engloba Pesquisa Teórica (*Theoretical Research*) (Scott e Shore, 1979) e Pesquisa de Políticas (*Policy Research*) (Majchrzack, 1984).

A pesquisa se propôs a continuar a análise de algumas das políticas públicas examinadas na primeira parte desta pesquisa (“Deve gênero ser incluído nas políticas públicas para as áreas urbanas?”, abril de 1996). Para tanto, foram realizadas análises de documentos bem como entrevistas com os técnicos dos programas e projetos.

O cronograma foi o seguinte: abril, maio e junho, entrevistas e coleta de material secundário. Junho, julho e agosto, análise do material coletado (tanto a respeito dos projetos - incluindo as entrevistas - como material teórico). Setembro, elaboração do relatório final).

### **III. TRAJETÓRIA SEGUIDA**

A pesquisa iniciou-se com as entrevistas. Como os técnicos envolvidos nos programas e projetos já eram conhecidos, não houve problemas com elas.

Entrevistas foram realizadas com autoridades e técnicos. A primeira foi com o Diretor de Descentralização e Participação da Prefeitura de Campinas, Sr. Helder Leal da Costa. Em seguida, foi a do Sr. Arnaldo Machado de Souza, Secretário Municipal de Governo de Campinas. Por recomendação dele e do Sr. Helder, foi feita uma entrevista com a Sra. Rosângela Prado, Assessora de Apoio Técnico à Família, Criança e Adolescente da Secretaria Municipal da Família, Criança e Adolescente de Campinas. Todas essas entrevistas foram relativas ao Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima (PGRFM). A última entrevista foi com a Sra. Márcia C. Luz, Assessora de Habitação da Secretaria Municipal de Governo de São Vicente a respeito dos Projetos Dique e México 70.

Material novo dos projetos e programas foi coletado nas ocasiões das entrevistas. O material teórico foi pedido para conhecidos em Londres e recebido dentro do prazo para que pudesse ser analisado.

Uma primeira dificuldade foi relativa ao material teórico. A expectativa que ele contivesse elementos novos quanto ao debate das necessidades práticas e estratégicas não se concretizou. Os estudiosos e técnicos do Planejamento com a Perspectiva de Gênero tendem a aceitar essa conceituação sem críticas mais elaboradas. Isso pode ser entendido como consequência do fato de a tradição de Planejamento ser relativamente nova (a partir do final da década de 70).

Uma outra dificuldade diz respeito às datas das entrevistas, principalmente em relação à técnica de São Vicente. Por motivos de trabalho, nossos agendas não coincidiam. Por essa razão, não consegui realizar todas as entrevistas dentro do prazo, ou seja, fim de maio. A última, de São Vicente, foi realizada em junho. De qualquer maneira, o trabalho não foi prejudicado por esse fato.

Um fato inesperado foi a não-necessidade de duas entrevistas por projeto. Foi suficiente apenas uma entrevista sobre o Projeto Dique e uma sobre o Projeto México 70. Isso se deve à fase na qual os projetos se encontram e pela própria natureza deles. Diferente do que aconteceu com o Programa de Garantia de Renda Mínima, sobre o qual três entrevistas foram realizadas. Esse programa, como já está implantado e com análises e resultados obtidos, teve necessidade de uma discussão mais detalhada.

## **IV. A PESQUISA**

### **1. INTRODUÇÃO**

Essa parte é subdividida em duas partes. A primeira apresentará as principais críticas à conceituação de necessidades práticas e estratégicas. A segunda descreverá o Programa de Garantia de Renda Mínima e os Projetos Dique e México 70<sup>2</sup> e os analisará em relação a essa conceituação.

---

<sup>2</sup>A descrição do projeto e programas será a mesma que consta do relatório final da pesquisa anterior: “Deve gênero ser incluído nas políticas públicas para áreas urbanas?” (abril de 1996).

## 2. A QUESTÃO DAS NECESSIDADES PRÁTICAS E ESTRATÉGICAS: CRÍTICAS

Como colocado anteriormente, Moser (1986, 1989, 1993), uma das principais proponentes do Planejamento com a Perspectiva de Gênero ou Gênero e Desenvolvimento (*GAD - Gender and Development*), traduz para o planejamento os conceitos de interesses, interesses práticos e interesses estratégicos definidos por Molyneux (1984, 1986).

Para o planejamento, Moser traduz interesses por necessidades. Assim, temos a seguinte conceituação: necessidades, necessidades práticas e necessidades estratégicas (1993).

Contudo, antes da apresentação das críticas a Moser, serão apresentadas as críticas feitas a Molyneux, pois sua conceituação é base da argumentação da primeira autora.

A discussão sobre os interesses das mulheres não é nova. Sapiro (1981), em seu trabalho sobre a representação dos interesses das mulheres, reconhece que eles são afetados pela idade, sexo e estado civil. Contudo, afirma que as mulheres têm interesses em comum.

Molyneux (1984, 1986) aprofunda o debate argumentando que é impossível generalizar os interesses das mulheres. Como as mulheres se situam em diferentes sociedades, por meios como classe, etnia, gênero, religião, faixa etária para citar alguns, a homogeneidade de seus interesses não pode ser assumida. Assim, ela propõe que as mulheres têm diversos interesses, alguns conflitantes. Para se falar em interesses comuns das mulheres, deve-se falar em interesses de gênero. Ou seja, os interesses que as mulheres têm em comum são os que são desenvolvidos em virtude de sua posição social por meio de gênero. Esses interesses de gênero podem ser práticos ou estratégicos.

Por interesses práticos, entendem-se os interesses que se desenvolvem em direta conseqüência do posicionamento das mulheres na divisão do trabalho de acordo com o gênero. “(...) os interesses práticos de gênero são formulados pelas próprias mulheres. (...) Os interesses práticos são geralmente uma resposta a uma necessidade imediata sentida e não são geralmente vinculados a um objetivo estratégico como a emancipação das mulheres ou a igualdade de gênero” (Molyneux, 1986:284).



Por sua vez, interesses estratégicos são aqueles derivados de uma análise da subordinação das mulheres e da elaboração de objetivos para superar essa subordinação. “Os interesses estratégicos são derivados, em um primeiro momento, dedutivamente, isto é, partem da análise da subordinação da mulher e da formulação de um conjunto de arranjos alternativos e mais satisfatórios do que aqueles já existentes. Esses critérios éticos e teóricos ajudam na formulação de objetivos estratégicos para superar a subordinação das mulheres, tais como a abolição da divisão sexual do trabalho, o alívio da carga do trabalho doméstico e do cuidado das crianças, a remoção das formas institucionalizadas de discriminação, o estabelecimento da igualdade política, a liberdade de escolha em relação à gravidez e a adoção de medidas adequadas contra a violência e o controle do homem sobre a mulher” (ibid.).

Uma das críticas a Molyneux é “(...) (que ela) não define o que entende por interesse das mulheres, pois isto vai depender da teoria usada para definir as causas da desigualdade de gênero” (Machado, 1985:78). Como não existe uma única linha teórica quanto à questão das causas da subordinação das mulheres, mas diferentes perspectivas e explicações, fica impossível a definição de um único conjunto de interesses.

Interesses são construções sociais, variando no tempo e no espaço, ou, como colocado por Bourdieu, interesses são definidos historicamente (1990). “Interesse deste modo definido é o produto de determinada categoria de condições sociais, como um conhecimento histórico, *ex post*, empiricamente, e não deduzido *a priori* de uma natureza trans-histórica” (ibid.: 88).

Molyneux reconhece a diversidade dos interesses das mulheres, mas os define *a priori* e a-historicamente. Outra questão levantada é que pode haver o entendimento que os interesses estão em oposição bipolar. Eles não podem estar presentes ao mesmo tempo, isto é, eles não podem coexistir. Outro ponto é que essa polaridade pode levar a uma valorização dos interesses estratégicos em detrimento dos interesses práticos. Isso porque os interesses estratégicos são vistos como verdadeiros, aqueles que exigem uma consciência feminista (Machado, 1995).

Radcliffe enfatiza a complexidade de um conceito de interesses específicos de gênero e do perigo de uma simplificação. Usa, como exemplo, seu estudo das camponesas peruanas e como diferentes interesses de gênero surgiram, muitas vezes, conflitantes (1990).

As críticas a Molyneux (op. cit.) são importantes para o entendimento das dificuldades da conceituação de Moser.

Como colocado anteriormente, Moser (op. cit.) traduziu a conceituação de Molyneux para o Planejamento com a Perspectiva de Gênero.

Na perspectiva de Moser, interesses de gênero são necessidades de gênero. Ou seja, necessidades são os meios pelos quais as preocupações podem ser satisfeitas. “Na perspectiva de planejamento, esta separação é essencial devido o seu foco no processo de planejamento aonde um *interesse* definido como preocupação priorizada é traduzido em *necessidade*. Por outro lado, necessidade é definida como o meio pelo qual as preocupações são satisfeitas” (1993:37).

Necessidades de gênero seriam, então, aquelas que podem se desenvolver através do posicionamento social, tanto de homens como mulheres através dos atributos de gênero.

As necessidades práticas são aquelas identificadas pelas próprias mulheres através de seus papéis aceitos na sociedade. A satisfação dessas necessidades não desafiaria a posição subordinada das mulheres e nem a divisão do trabalho de acordo com o gênero. Elas são uma resposta imediata a uma necessidade identificada em um contexto específico. Estão relacionadas com inadequações das condições de vida, ou seja, falta de provisão de água, centros de saúde, creches, escolas, etc. (ibid.: 40).

Geralmente, essas necessidades estão mais claramente relacionadas às questões de classe e etnia. São mulheres de baixa renda (que tendem a ter origem africana mais acentuada do que a européia) que vivenciam mais fortemente as condições de vida não apropriadas para o cuidado de suas famílias.

As necessidades estratégicas são entendidas como aquelas identificadas devido à posição subordinada das mulheres na sociedade. Essas necessidades variam de acordo com diferentes contextos. São relacionadas com a divisão do trabalho, poder e controle que podem incluir questões legais, violência doméstica, direitos reprodutivos. A satisfação dessas necessidades pode ajudar as mulheres a desfrutarem de maior equidade, o que levaria a uma sociedade mais justa (ibid.: 39).

Tanto a incorporação dessa conceituação por estudiosos da área (Andersen, 1992; Elson, 1995; Levy, 1992, Munro, 1991), a divulgação de experiências que trabalharam essa questão, bem como o próprio apoio das agências internacionais relacionadas com a área de planejamento e desenvolvimento (Banco Mundial, OXFAM, ONU) têm provocado debates que estão começando a trazer à tona críticas.

A conceituação de Moser permite a compreensão da problemática da não-homogeneidade das necessidades das mulheres. Por certo não é possível presumir que todas as mulheres tenham as mesmas necessidades. A polêmica está relacionada primeiro quanto à definição de necessidades, como o *meio pelo qual as preocupações são satisfeitas*.

“Necessidade é um conceito relativo, necessidades não são constantes, pois elas são categorias da consciência humana, como as sociedades são transformadas, também a consciência da necessidade o é. O problema é definir exatamente a que a necessidade é relativa a e obter um entendimento de como as necessidades surgem” (Harvey, 1973:101).

Harvey deixa claro a complexidade da definição das necessidades. A definição de Moser, por sua vez, é bastante simples. Mas será que sua definição é abrangente o suficiente? Heller (1978) define necessidades como historicamente definidas dentro da dinâmica da luta de classes.

Mais, essa autora coloca que Marx fala da historicidade das necessidades, da dependência delas da tradição, do nível cultural etc. As categorias de necessidades de Marx não são categorias econômicas. Ele tende a tratar os conceitos de necessidades

como categorias não-econômicas, como histórico-filosóficas, ou seja, categorias de valor antropológico e assim não são sujeitas a uma definição dentro do sistema econômico (ibid.: 27).<sup>3</sup>

A classificação histórico-filosófico-antropológica das necessidades é baseada em duas categorias, “necessidades naturais” (necessidades físicas ou necessárias) e “necessidades socialmente produzidas”. Necessidades naturais são aquelas necessárias para a manutenção da vida humana. Necessidades socialmente produzidas são aquelas necessidades individuais dos seres humanos (Heller, 1978).

A apresentação de alguns conceitos de necessidade de Marx demonstra que Moser deveria ter dado mais atenção à definição de necessidades, principalmente em não tentar defini-las fora do contexto social e tentar incorporar a questão de classe na definição de necessidades. Ela reconhece que as necessidades práticas são recortadas pela questão de classe, mas não incorpora essa questão na elaboração de sua conceituação. Mas, em relação às necessidades práticas, elas são mais fáceis de serem reconhecidas pois estão relacionadas com a qualidade de vida; em relação às necessidades estratégicas, a questão é mais problemática. Moser não define o que ela entende por subordinação das mulheres e, mais sério, como essa subordinação é criada e perpetuada. Assim, fica impossível definir quais as necessidades estratégicas para superar esta subordinação. Dependendo da situação, o que para algumas sociedades é necessidade prática, para outras, é necessidade estratégica. Por exemplo, o que aconteceu com as reivindicações do Movimento de Saúde da Zona Leste de São Paulo. A primeira reivindicação foi para um centro de saúde; com o desenvolvimento do movimento, a reivindicação foi a de um Conselho de Moradores para fiscalizar o centro de saúde e, mais tarde, era para o Conselho poder ter voz sobre como a verba para a saúde iria ser alocada. O centro de saúde pode ser considerado uma necessidade prática, mas, e toda a organização e participação necessárias para que a população tivesse sua reivindicação atendida era prática ou estratégica? E a criação do Conselho? Uma necessidade prática de bom atendimento ou uma necessidade estratégica de participação, que ampliava o papel tradicional de gênero das mulheres?

<sup>3</sup>O debate de Marx a respeito das necessidades é bastante complexo e aberto a interpretações e não será apresentado em sua totalidade e complexidade.

Marx não usa o conceito de gênero ou sexo como um fator que afeta a questão das necessidades. De qualquer maneira, ele se refere à tradição, à cultura e aí pode estar o caminho para a inclusão da questão de gênero. Gênero faz parte da cultura e tradição das sociedades.

Outro ponto importante de crítica é que a utilidade da distinção entre diferentes necessidades de gênero (como instrumento de análise e reflexão) pode ser anulada caso ela seja usada de uma maneira automática e mecânica, como uma lista de requisitos que precisam ser satisfeitos. “Assim, as necessidades práticas podem ser listadas de antemão (crédito, treinamento, acesso a infra-estrutura, etc.) e, particularmente nos contextos nos quais as questões masculinas estão sendo introduzidas, pode-se argumentar que elas não passam de um conjunto focalizado nas necessidades básicas femininas” (Young, 1993:155).

Existe ainda o risco de as necessidades estratégicas serem entendidas como questões pertinentes às feministas, e não como questões da esfera de intervenção dos elaboradores de políticas públicas.

Tentando resolver essas questões, Young define necessidades práticas e interesses estratégicos. O argumento é que “(...) uma distinção entre querer e faltas mundanas e uma imagem consciente de demandas coletivas, usualmente envolvendo algum grau de mudança da ordem estabelecida, é necessária” (1993:154). O primeiro, ela define como necessidades práticas e o segundo, interesses estratégicos.

Ela continua o argumento colocando que a definição ou identificação das necessidades práticas encontra similaridades nas diversas culturas, ou seja: acesso à água potável, acesso aos produtos alimentícios, abrigo das intempéries naturais, educação, contracepção (ibid.).

Quanto à questão dos interesses estratégicos, ela tem claro que o entendimento das desigualdades entre mulheres e homens é bastante específico à cultura, classe e raça. “Como a identificação dos interesses estratégicos é repleta de dificuldades, e mais, envolve um esforço consciente de entendimento e compromisso com mudança, as

mulheres ativistas enfatizam a necessidade de conscientização e empoderamento coletivo” (ibid.: 155).

A definição de Young de necessidades práticas e interesses estratégicos é menos problemática que a de Moser, pois é subentendido que as necessidades práticas se referem ao Planejamento com a Perspectiva de Gênero e os interesses estratégicos são relativos ao processo de conscientização de toda a sociedade, não sendo da alçada dos planejadores. Contudo, algumas ainda persistem. Ela também não define o que entende por necessidades e nem por interesses.

Entretanto, Young (1993) vai mais longe quando questiona a possibilidade de se consultar as mulheres para se ter uma noção mais clara de suas necessidades. “O requisito de se consultar as mulheres coloca um problema tanto teórico como prático: pode se considerar as mulheres como uma categoria geral? É útil assumir problemas comuns quando a realidade é uma grande diversidade? A sociedade é estratificada de várias maneiras - através de gênero, classe, casta, raça, etnia, idade. Essas formas de estratificação cortam umas as outras e interagem em complexos modos. Nós temos argumentado que é impossível priorizar algumas delas no abstrato: em situações particulares, mulheres vivenciarão uma delas ou mais como cruciais. Elas mudarão conforme a situação mudar. De novo, mesmo com a maioria das mulheres compartilhando a experiência de subordinação, a forma que ela toma pode variar de maneira significativa. Igualmente, o fato comum da subordinação pode não levar a uma unidade entre as mulheres, outros fatores podem servir para dividi-las em questões entendidas ou vivenciadas como mais cruciais” (ibid.: 149).

Ela ilustra o seu argumento com alguns exemplos. O primeiro diz respeito aos interesses de uma mulher, pequena agricultora que vende seus produtos no mercado, e aos da trabalhadora assalariada urbana. Considerando-se que ambas enfrentem a mesma situação de pobreza, enquanto a primeira deseja preços mais altos para seus produtos, a segunda deseja preços mais baixos para poder alimentar sua família sem grandes problemas (ibid.).

Outro exemplo é relativo à questão do divórcio. Em algumas sociedades, as mulheres

mais velhas podem perceber a legislação que permite o divórcio como uma ameaça, pois como se é socialmente aceito que os homens tenham mulheres muito mais jovens, e as mulheres mais jovens tendem a buscar maridos mais velhos pela segurança econômica e status, essa legislação pode provocar reservas nas mulheres mais velhas, pois elas ficam assim mais desprotegidas perante a lei. Não podemos esquecer que com o divórcio é comum que as mulheres mais velhas percam tanto posição social com também financeira (ibid.).

“A questão que se coloca, então, é se realmente é possível a elaboração de planos e políticas que beneficiem um grande número de mulheres sem prejudicar outras” (ibid.: 150).

É necessário deixar claro que Young não está questionando a importância da questão de gênero nas políticas públicas, o ponto fundamental que ela está questionando é como o gênero deve ser incorporado. Os passos que devem ser dados para que os planos beneficiem um grande número de mulheres sem prejudicar outras são: primeiro, através do empoderamento das mulheres, ou seja, mudança individual e ação coletiva, e também através de pressão sobre os elaboradores de políticas públicas e planejadores.

### 3. DESCRIÇÃO DOS PROJETOS E A QUESTÃO DAS NECESSIDADES PRÁTICAS E ESTRATÉGICAS

Esta parte também contém duas subdivisões. Na primeira, os projetos serão descritos<sup>4</sup> e, na segunda, serão analisados quanto à questão das necessidades.

#### 3.1. Os projetos

##### 3.1.a. O Programa de Garantia de Renda Mínima

Este programa foi lançado em 1995, pela prefeitura de Campinas. “(...) tem como objetivo

<sup>4</sup>Apenas os aspectos relevantes (dos projetos) à pesquisa serão apresentados.

complementar a renda das famílias em situação de extrema pobreza de modo que essas possam atender às necessidades básicas de seus membros” (Prefeitura Municipal de Campinas, 1995:3).<sup>5</sup>

Mas o objetivo não é apenas distribuir benefícios monetários, é também “(...) garantir a formação intelectual das crianças e adolescentes das famílias que vivem em situação de extrema pobreza de forma a assegurar-lhes alguns instrumentos que ajudem a romper com o círculo de reprodução da pobreza” (ibid.: 4). Isto será feito através de um trabalho sócio-educativo que garanta condições de desenvolvimento de seus membros, buscando o fortalecimento dos vínculos afetivos, integração como grupo e participação na comunidade.

A complementação da renda é baseada em um subsídio mensal, calculado de acordo com a renda e composição de cada família. Ou seja, é o equivalente à diferença entre o conjunto do rendimento da família e o montante resultante da multiplicação do número de membros da família (pai, mãe e filhos menores de 14 anos), pelo valor de R\$ 35,00 (trinta e cinco reais).

Em sua primeira etapa, o programa tem como prioridade o atendimento das famílias das crianças desnutridas, notificadas pela rede de saúde e as famílias das crianças em situação de rua, ou seja, os grupos considerados de maior risco biológico e social.

As famílias são elegíveis para o programa desde que:

1. tenham crianças entre 0 e 14 anos que se encontrem em situação de risco (desnutridas ou em situação de rua);
2. tenham crianças portadoras de deficiências, independentemente da idade;
3. residam em Campinas há pelo menos 2 anos (na data da publicação da lei);
4. cuja renda mensal seja inferior a R\$ 140,00 (cento e quarenta reais);
5. caso a renda seja superior a R\$ 140,00 (cento e quarenta reais), poderão ser atendidas desde que a renda mensal *per capita* seja inferior a R\$ 35,00 (trinta e cinco reais);

<sup>5</sup> Por família entende-se os seus representantes legais (pai e/ou mãe), os filhos e dependentes.



6. atendam às obrigações estabelecidas no Termo de Responsabilidade e Compromisso (ver Anexo 1).

Para o cadastramento, são necessários os seguintes documentos:

1. comprovação de renda, que poderá ser feita através da carteira profissional, holerites, recibos ou declaração do próprio punho (no caso de rendimentos de trabalho no setor informal);
2. comprovação de residência por qualquer documento que indique, de maneira satisfatória, a residência de fato no município;
3. certidão de nascimento e/ou de guarda ou tutela dos filhos ou dependentes menores de 14 anos;
4. em caso de filhos maiores de catorze anos, mas portadores de deficiência, atestado médico que caracterize a deficiência;
5. termo de responsabilidade.

Para a obtenção de prioridade (crianças desnutridas ou em situação de rua):

1. documento que comprove que um ou mais filhos ou dependentes tenham sido considerados desnutridos ou atestado de atendimento no programa de desnutrição;
2. atestado de frequência do Serviço de Atendimento à Criança e Adolescente Especial ou em outros programas da mesma natureza gerenciados por Organizações Não-Governamentais.

O programa ainda define que o responsável, perante o mesmo, será definido quando do cadastramento e, quando possível, o Termo de Responsabilidade deverá ser assinado por ambos os responsáveis.

Define também que as crianças das famílias atendidas pelo programa deverão frequentar a escola. É necessário que, além do desenvolvimento dos vínculos afetivos com a família, a criança também desenvolva vínculos com o processo educativo.

Mais, os responsáveis deverão participar dos programas de saúde e dos grupos sócio-educativos. Estes terão no máximo 15 participantes e serão coordenados por dois técnicos (um/uma assistente social e um/uma psicóloga).

“O coordenador tem como função dirigir o grupo no sentido de oferecer limites, estruturar as discussões, destacando os aspectos mais relevantes e evitar que questões individuais prevaleçam sobre as grupais” (Prefeitura Municipal de Campinas, 1995:21).

Esses grupos têm como objetivo a garantia de um espaço democrático de discussão e reflexão, que possibilite a construção da cidadania dos participantes (da Costa, 1995). Ou, “(...) o objetivo é a dignidade dessas pessoas, mostrando que não estão sozinhas e que é possível ter uma vida melhor” (Teixeira, 1995:14).

Os benefícios do programa são concedidos inicialmente por um ano, podendo ser renováveis, desde que conservadas as condições iniciais que o justificaram.

Em outubro de 1995, o programa atendia 1.723 famílias (das quais 717 com renda zero), totalizando 8.066 pessoas beneficiadas. Dessas famílias, 45% eram monoparentais e 55% biparentais. Das 45% monoparentais, quase 100% eram chefiadas por mulheres (Prefeitura Municipal de Campinas, 1995a:-).

### 3.1.b. Projeto Dique

O Projeto Dique começou a ser implantado em 1993, pela Prefeitura de Santos. É um projeto de ação multisetorial em área urbana degradada. Essa área degradada é uma favela, onde 85% das edificações são em palafitas de madeira, com vedação e estrutura precária (Prefeitura Municipal de Santos, 1994:-).

“A intervenção na Favela do Dique articula diversas linhas de ação com o objetivo de alterar a situação urbano-habitacional existente e promover desenvolvimento sustentável e a recuperação ambiental do ecossistema local” (ibid.::-).

O projeto contém cinco linhas básicas de ação:

1. Acesso à habitação e à urbanização: tem como propósito a garantia do acesso à infra-estrutura e à transformação do espaço. A intervenção se dará em áreas já existentes e levará em conta o relacionamento da população com o seu contexto.

As famílias terão acesso aos serviços de rede de água, esgoto, coleta de lixo, transportes e equipamentos urbano. A questão habitacional será resolvida através do parcelamento das áreas, sendo preservadas as habitações de alvenaria que apresentem bom padrão construtivo; as que estão em condições precárias ou construídas em locais insalubres serão transferidas para as áreas urbanizadas da favela, respeitando-se, assim, a organização da vida da população. Outra questão é o solucionamento da macrodrenagem da área.

2. Recuperação ambiental é prioritária tanto em relação à qualidade de vida da população, bem como ao melhoramento da qualidade da água para todo a região.

A recuperação ambiental conta com as seguintes ações: desativação do lixão; desenvolvimento de outras atividades para os catadores de lixo; recuperação do solo; tratamento urbanístico da área; recuperação da área de mangue; recuperação e preservação do Rio Bugre.

3. Regularização fundiária para garantir a permanência da população na área ocupada, serão utilizados instrumentos legal-administrativos para que os habitantes tenham assegurada a legalização da posse.
4. Combate à miséria e geração de empregos e renda; este projeto faz parte do programa nacional Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida, organizado pela sociedade civil. Ações de caráter temporário como a absorção de mão-de-obra local desempregada para trabalharem em atividades do projeto. Ações permanentes para a geração de renda como oficinas de costura, mecânicas, sapatarias, etc. foram incentivadas.

Outra ação permanente é a instalação de uma fábrica de artefatos pré-fabricados de cimento, para o emprego da população local. Em um primeiro momento, a fábrica será usada principalmente para o atendimento das necessidades do projeto. Depois do término do projeto, espera-se que a fábrica consiga autonomia e auto-sustentação, vendendo seus produtos para toda a região (Prefeitura Municipal de Santos, 1994).

Em um primeiro momento do projeto, as mulheres demonstraram interesse em desenvolver treinamento em corte e costura. Mais tarde, o interesse voltou-se para os cursos de profissionalização na área de serviços domésticos, como empregadas e diaristas (questões de higiene, uso de eletrodomésticos, culinária, legislação trabalhista), e também cursos que discutissem a saúde da mulher. Na fase de realojamento para o novo hábitat, as mulheres reivindicaram mais cursos de higiene que as preparassem para as novas moradias (Regino, 1996).

5. Promoção da cidadania e participação popular; esta ação é mais um processo do que uma ação pontual. “Esta linha de ação desenvolve atividades que assegurem a participação comunitária no projeto, como um instrumento prioritário na expansão do exercício de cidadania em promoção de um novo modelo público-administrativo” (ibid.: 14).

A comunidade está envolvida desde o princípio e sua participação se dá através de diferentes formas. A comunidade é representada no Conselho de Habitação Municipal, Comitê Municipal para a Urbanização e Legalização do Dique e grupos locais.

Os canais de comunicação abrangem uma rádio comunitária, um jornal, encontros, assembléias e seminários propostos tanto pelos grupos comunitários como pela administração municipal, pelos políticos e por movimentos sociais.

O programa é composto de 6 fases que tiveram início em 1993 e que irão até 1996 (Este relatório foi finalizado em dezembro de 1996.).

### 3.1.c. Projeto México 70

O Projeto México 70 da Prefeitura de São Vicente é um desdobramento do Projeto Dique da Prefeitura de Santos. Ele é a reprodução de uma experiência que, apesar de ter apresentado dificuldades, é considerada bem-sucedida (Buso, 1996).

O projeto de Urbanização e Saneamento Integrado abrange uma área de 300.000 m<sup>2</sup>, atingindo 7.480 pessoas que constituem 1.650 famílias. Dessas famílias, 37% têm renda *per capita* inferior a 0,5 salário mínimo e 55% têm renda familiar de até 3 salários mínimos. A taxa de desemprego atinge 8,5% dos chefes de família (Prefeitura Municipal de São Vicente, 1995:4).

Estima-se que 27,84% das famílias sejam chefiadas por mulheres (Prefeitura Municipal de São Vicente, 1996:14). Esse dado é considerado subestimado, pois uma pesquisa anterior indicava que 60% das famílias seriam chefiadas por mulheres. Isso pode ser consequência da definição usada para chefe de família, e devido ao fato de a pesquisa atual não diferenciar chefe de família de fato e de juro (Regino, 1996).

Em relação ao tipo e à qualidade das habitações, 80% das edificações são em palafitas de madeira, sem nenhum sistema de esgoto sanitário, e o abastecimento de água (que atende toda a área) tem o nível de potabilidade comprometido, devido à maioria das tubulações ficar submersa em águas insalubres (Prefeitura Municipal de São Vicente, 1995:2, 4).

As propostas de ação de acordo com a Prefeitura Municipal de São Vicente (1995) são as seguintes:

1. participação popular e exercício da cidadania, que consiste na construção de um modelo de gestão novo que crie canais que permitam a participação popular efetiva;
2. geração de emprego e renda, criando bolsa de empregos e capacitando a mão-de-obra local, principalmente a desempregada para ser empregada nas obras do próprio projeto;

3. regularização fundiária, adequando a terra à sua função social e definindo uma política que regularize a ocupação e, ao mesmo tempo, garanta a permanência da população na área, mantendo seus vínculos sociais;
4. urbanização integrada, através da melhoria da qualidade de vida, com o fim das áreas insalubres e alagadiças, com acesso individualizado à moradia e com a implantação de esgoto;
5. alternativas habitacionais, garantindo condições de moradia saudáveis e sem risco;
6. recuperação ambiental, abrangendo a recuperação do mangue remanescente e o término do lançamento de esgoto e lixo a céu aberto.

### **3.2. Os projetos e a questão das necessidades práticas e estratégicas**

O Programa de Garantia Familiar de Renda Mínima não incorporou a questão de gênero de uma maneira explícita, e os projetos Dique e México 70 não incorporaram, de qualquer maneira, dados suficientes para que uma análise em relação às questões das necessidades existisse.

Nas entrevistas realizadas com os técnicos ou assessores dos projetos, ficou claro que a conceituação de necessidades como proposta por Moser (op. cit.) não foi base para a elaboração dos programas.

Quanto ao Programa de Garantia de Renda Mínima, “(...) a necessidade deles era de receber o mínimo para auxiliar na subsistência, não é nada além disto. Quando a gente fala de R\$ 35,00 per capita, nós estamos falando só disso” (da Costa, 1996).

Este programa, de acordo com da Costa, foi implantado para aliviar um problema de sobrevivência da população que, com a situação econômica cada vez mais difícil, só estava se agravando.

Quanto ao processo de planejamento, os técnicos não usaram uma perspectiva teórica para concluir que um programa de renda mínima fosse imperativo. O programa foi

muito o resultado das idéias do prefeito, consequência de seu conhecimento da cidade de Campinas.

“Bom, essa questão do programa partiu de uma constatação do prefeito, quer dizer, nas andanças dele, na campanha eleitoral. (...) no começo do governo, ele começou a sentir uma mudança muito forte na vida de Campinas. (...) como ele andava muito então ele via a miséria instalada principalmente nesses focos de família de mais baixa renda, então ele falava muito a palavra ‘miserabilidade’(...)” (de Souza, 1996).

“O prefeito teve uma sensibilidade muito especial para essa coisa do social, (...) ele era prefeito de uma cidade fantástica como é Campinas, e convivia simultaneamente com um conjunto grande, razoável de famílias que estavam no limite da miséria como se vivessem no nordeste ou qualquer lugar desses. Eu tenho a impressão de que grande parte do que aconteceu, aconteceu em função dessa preocupação e dessa clareza que devia existir na cabeça dele. Essa clareza de ser necessário fazer com que a dignidade das pessoas fosse restaurada. Em outras palavras, quando ele falava, não falava em cidadania, falava muito mais em restaurar a dignidade das pessoas, do amor próprio das pessoas. O programa não partiu tanto de uma base teórica, mas talvez partiu de uma tese mais emocional” (ibid.).

Apesar de o prefeito ter essa sensibilidade, suas idéias quanto a um programa de renda mínima não foram aceitas por unanimidade pelo gabinete e pelos técnicos logo de início. Alguns achavam uma loucura a prefeitura dar dinheiro para as famílias, outros argumentavam que alguns funcionários da prefeitura seriam elegíveis para o programa. “Então houve uma hora que ele (o prefeito) mandou disparar o processo, não estava mais discutindo o que achava, mandou uns secretários apresentarem numa segunda-feira um anteprojeto para ele (...) na segunda-feira tinha um anteprojeto e esse anteprojeto começou a ser discutido. Soltou para pessoas de fora, de dentro da prefeitura, e aí começaram um monte de contribuições” (ibid.).

Essa opinião que o prefeito era uma pessoa muito sensível aos problemas sociais é compartilhada por outras pessoas na prefeitura de Campinas. “Ele era uma pessoa de uma acuidade, uma sensibilidade imensa, está certo, e era uma pessoa que conseguia

ver coisas que a gente não via. (...) ele também conseguia aglutinar em torno de si este grupo de pessoas que estava disposto a pensar” (de Souza, 1996).

Além da sensibilidade do prefeito, outro fator foi importante. A prefeitura de Campinas tinha um histórico de trabalho com as famílias mais carentes e com crianças e adolescentes. “(...) já existia um modelo, uma configuração de um modelo que vinha dando certo e que a gente queria preservar (...). Ficou para essa secretária a responsabilidade de elaborar um decreto-lei, de pensar na metodologia de atendimento. E a gente quis e conseguiu garantir todos os princípios de trabalho que tinha nesse modelo construído pelo serviço de atenção à família” (Prado, 1996).

Tendo um modelo de atendimento às famílias, mais a sensibilidade social do prefeito e desejo político de realizar algo, o programa foi em frente. Porém, o desejo não era um atendimento apenas financeiro. “O dinheiro é importante, nós vamos repassar esse dinheiro, como nós vamos fazer isso? Assim começou a surgir a segunda perna do processo. Como criar condições para que as pessoas saíssem do processo de exclusão no qual se encontravam? Então se engendrou essa forma da gente ter entre os compromissos das pessoas, manter as crianças nas escolas, dar atenção médica às crianças pequenas, vai ter também a obrigação de uma participação mensal em uma reunião que se propõe a ajudar as pessoas a discutirem diferentes problemas. Eu tenho hoje convicção - naquela altura, eu acho que a gente teve uma sensibilidade boa para definir isso como obrigação que isto hoje é tão importante quanto você dar o dinheiro. Porque nessas reuniões, realmente as pessoas se encontram, as pessoas têm oportunidade de, ao mesmo tempo que discutem seus problemas, ver que elas não são as únicas a ter esse tipo de problema e há uma ajuda muito importante entre as pessoas” (de Souza, 1996).

Pela descrição do programa e pelas entrevistas, fica claro que, apesar de, em um primeiro momento, este programa se referir à garantia de renda familiar mínima, o que, de acordo com a conceituação de Moser (op. cit.), estaria atendendo às necessidades práticas. Uma análise mais cuidadosa, contudo, contestaria essa conclusão. É possível desenvolvermos o seguinte argumento, em que medida um programa de renda mínima estaria apenas atendendo às necessidades práticas e também não às estratégicas? Uma



renda mínima pode ser entendida como condição básica para que as pessoas que estão enfrentando uma situação de extrema miséria, excluídas socialmente, possam começar um processo de inclusão social.

Um outro ponto que ilustra a procedência das críticas à conceituação de Moser é que o programa colocou como exigência a participação em reuniões mensais como um elemento capaz de ajudar no processo de reconstrução da cidadania das famílias envolvidas.

Assim, caso estivéssemos presos à questão das necessidades práticas e estratégicas, qual delas o programa estará periodizando? Um ponto mais complexo, é realmente necessária uma definição *a priori* das necessidades dos grupos alvos que os projetos queiram atingir ou um conhecimento da realidade já seria suficiente? Ainda, as necessidades não são estáticas, elas mudam. Será que uma definição rígida não impediria o entendimento das mudanças das necessidades?

Um exemplo de Campinas ilustra esse ponto. Os técnicos estão implantando um outro programa que atenderá famílias com um empréstimo Pró-Rendas para que elas possam começar uma pequena atividade. Algumas famílias, já selecionadas, vieram do Programa de Garantia de Renda Mínima.

Quanto aos projetos de Santos e São Vicente, Dique e México 70, também não houve uma teorização das necessidades quando da elaboração dos projetos.

Em relação ao Projeto Dique, “(...) não tivemos uma discussão conceptual sobre as diferentes necessidades. A diretriz era a recuperação de uma área degradada e a geração de emprego. Quando você define qual a tecnologia que vai ser utilizada, existe a preocupação de usar uma tecnologia socialmente apropriada, que seja possível incorporar através da frente de trabalho, a mão-de-obra local que não tem grande especialização” (Luz, 1996).

Como colocado anteriormente, os projetos de Santos e São Vicente não incorporaram gênero, e mesmo assim as mulheres envolvidas no projeto Dique reivindicaram alguns cursos para uma melhor qualificação. O primeiro, para empregada doméstica, “(...) foi

um curso muito bom, despertou o interesse, tanto que houve três turmas. Era para ser um só, pequeno e foram três” (ibid., 1996).

Outro ponto interessante foi que os programas de treinamento e de geração de emprego ajudaram muitos homens a diminuírem a quantidade de bebida que consumiam e alguns até deixaram de beber. “Então no começo bebiam muito, depois bebiam menos, aí deixavam para beber depois do trabalho, o trabalho teve um efeito muito interessante em relação ao alcoolismo” (ibid.).

Os treinamentos iam desde a construção civil (obras de macrodrenagem, pedreiro, encanador, eletricista, etc.) até cursos para funções genéricas, nos quais as mulheres foram contratadas para trabalhar em escritórios.

Além dos treinamentos, o projeto propiciou a formação de uma cooperativa de costureiras. “A cooperativa de costureiras foi de certa maneira responsabilidade nossa. Nós conhecíamos mulheres de outros projetos que estavam com a proposta de uma cooperativa. Conhecíamos também pessoas do Dique, moradoras que caminhavam na mesma direção. Então nós as aproximamos, e demos assessoria para que elas organizassem a cooperativa. (...) elas ganharam algumas licitações tanto de uma empresa ligada à prefeitura como de empresas privadas, para confecção de uniformes” (ibid., 1996).

Quanto às necessidades práticas e estratégicas do Projeto Dique, como ele é um projeto de recuperação de uma área degradada que inclui melhoria tanto na infra-estrutura como na unidade habitacional, e também gerador de renda, em que medida ele é apenas um projeto que atende às necessidades práticas?

Pode-se argumentar que a provisão de habitação e geração de renda atendem não apenas às necessidades práticas como também as estratégicas. Tanto homens como mulheres se beneficiaram. Pode-se argumentar que a diminuição da taxa de alcoolismo contribuiu para uma diminuição da violência em geral e da violência contra mulheres e crianças. Que o emprego das mulheres em escritórios, mesmo que em atividades tipicamente femininas, ajudou a melhorar a auto-estima das mulheres. Em que medida um projeto

que contou como ponto de partida com a participação da população, que abriu espaço para reivindicações, pode ser considerado como atendendo apenas às necessidades práticas?

O Projeto México 70 de São Vicente segue as linhas do Projeto Dique. Apesar de, no começo, ele ser relativo à urbanização, agora está incorporado à questão de geração de renda.

Um elemento interessante do México 70 é a área conhecida pela violência. Com a total implantação do programa, essa fama pode diminuir. Essa questão é séria, pois muitas pessoas, se estiverem procurando emprego e disserem que moram no México 70, não são empregadas (Luz, 1996). Assim, esse projeto de reurbanização estará atendendo não só à necessidade prática como também à estratégica.

As mulheres participantes do México 70 estão propondo a criação de uma cozinha alternativa, para trabalhar com grãos. Elas já estão em contato com a iniciativa privada (1996).

Iniciativas assim, apoiadas pelo projeto, não podem ser consideradas como atendendo às necessidades práticas. Ambos os projetos abriram espaços de participação para as comunidades envolvidas que terão repercussões a longo prazo.

A abertura desses espaços, bem como no caso do programa de Campinas, propicia à população oportunidades muitas vezes subestimadas. Toda uma literatura tem discutido a importância desses espaços, principalmente para as mulheres. A experiência de participação tem efeitos nas relações dessas mulheres com suas famílias, suas comunidades, não esquecendo o efeito pessoal.

Comentando a participação das mulheres no Movimento de Saúde da Zona Leste de São Paulo, Machado (1995) coloca que a experiência de participação foi fundamental para o crescimento das mulheres. Elas se tornaram mais seguras, mais independentes, até mais compreensivas com os filhos. Aprenderam a se locomover pela cidade, a enfrentar os trâmites burocráticos como também confrontar as autoridades. Tornaram-

se mais politizadas e perceberam que era direito delas o que estavam reivindicando.

A participação faz parte do processo de resgate da cidadania da população marginalizada, excluída.

Com os exemplos acima, fica difícil argumentar que a definição das necessidades práticas e estratégicas seja um exercício direto, sem contradições.

## V. CONCLUSÃO

Como os estudiosos da área de planejamento e desenvolvimento têm proposto, é necessário que o gênero seja incorporado nas políticas públicas para que estas possam atender às diferentes necessidades da população. A maneira apresentada para que o gênero fosse incorporado nas políticas públicas foi através da definição das diferentes necessidades de gênero (práticas e estratégicas), conseqüentes dos diferentes papéis que tanto homens como mulheres desempenham na sociedade.

Sendo assim, é de fundamental importância que esta conceituação seja examinada, para que esta nova tradição de planejamento não termine sendo mais uma panacéia no enfrentamento da satisfação das necessidades da população, perdendo todo o seu potencial de inovação de entendimento da estrutura social.

Mas essa discussão teórica se faz necessária pois a incorporação de gênero nas políticas públicas pressupõe o entendimento de que a população não é homogênea, mas permeada por diferenças. Assim, as necessidades da população devem ser entendidas em toda a sua complexidade.

Após uma análise da conceituação proposta por Moser, fica claro que essa conceituação enfrenta problemas. Primeiro, sua definição de necessidades não consegue mostrar a complexidade e diversidade das necessidades humanas. Mesmo considerando que as questões de classe recortam a questão das necessidades, ela não incorpora esse dado na elaboração de sua conceituação.

Em relação às necessidades estratégicas, como elas são resultado da situação de subordinação das mulheres, o que se entende pelas causas da subordinação é de fundamental importância para que as necessidades estratégicas sejam definidas.

A questão das necessidades serem construídas socialmente, variando no tempo e no espaço, é um outro dado que deveria ser mais elaborado. Também a questão do gênero ser recortado por classe, etnia, idade deveria ter merecido mais atenção de Moser.

Contribuindo para o debate, Young, por sua vez, propõe necessidades práticas e interesses estratégicos. Isto porque interesses têm um significado de conscientização e de coletivo que as necessidades mais básicas não têm.

Young parece mais cuidadosa com os limites que esta conceituação contém. Ela alerta para o perigo de simplificações que podem acabar por atender a algumas mulheres mas prejudicar muitas outras.

O perigo está em que as necessidades da população sejam definidas *a priori*, como uma lista de requisitos que precisa ser atendida.

O exame dos projetos demonstrou como é limitada a aplicação desses conceitos. Em todos os casos, não estava claro se os interesses eram práticos e estratégicos ou ambos ao mesmo tempo. Outro ponto é que a longo prazo o projeto pode acabar atendendo a uma necessidade estratégica quando a primeira intenção era o atendimento de uma necessidade prática.

O que em uma situação pode ser entendido como uma necessidade prática, em outra seria como necessidade estratégica. Uma creche que permita que as mães possam sair para trabalhar ou estudar e com isso ganhar independência estará atendendo a uma necessidade prática ou estratégica?

Em muitas situações, é isso o que acontece, o atendimento de uma necessidade prática leva ao atendimento de uma necessidade estratégica.

Levando tudo o que foi argumentado em consideração, qual a validade dessa conceituação?

A maior qualidade dessa conceituação é que ela chamou a atenção para a questão da heterogeneidade das necessidades e mais, que elas não podem ser consideradas como dadas.

Que as necessidades de homens e mulheres são permeadas por questões de gênero, classe, etnia, idade, questões religiosas, etc. Só com o entendimento de como essas questões afetam a construção das necessidades da população é que os elaborados de políticas públicas terão condições de satisfazê-las.

## **ANEXO 1**

## VI. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSEN, C. (1992) “Practical Guidelines”, in Ostergaard, L. (org.) Gender and Development - A Practical Guide, Routledge, London.
- BOURDIE, P. (1990) “In other words. Essays towards a reflexive sociology”, Polity Press, Cambridge.
- ELSON, D. (1995) (org.) “Male bias in the development process”, Manchester University Press, Manchester.
- HARVEY, D. (1973) “Social justice and the city”, Edward Arnold, London.
- HELLER, A. (1978) “The theory of need in Marx”, Allison and Busby, London.
- LEVY, C. (1992) “Transport”, in Ostergaard, L. (org.), Gender and Development - A Practical Guide, Routledge, London.
- MACHADO, L. (1995) “Atores sociais - movimentos urbanos, continuidade e gênero”, Annablume, São Paulo.
- MAJCHZRAK, A. (1984) “Methods for Policy Research”, Sage, London.
- MOLYNEUX, M. (1984) “Mobilization without emancipation? Women’s interests, state and revolution in Nicaragua”, in Critical Social Policy, n. 10.
- MOLYNEUX, M. (1986) “Mobilization without emancipation? Women’s interests, state and revolution”, in Fager, R. *et alii* (orgs.) Transition and development: Problems of Third World Socialism, Monthly Review Press, New York.
- MOSER, C. (1986) “Women’s needs in the urban system: training strategies in gender aware planning”, in Schmink, M. *et alii* (orgs.), Learning about women and urban services in Latin America and the Caribbean, The Population Council, New York.



- MOSER, C. (1989) “Gender planning in the Third World: Meeting Practical and Strategic Gender Needs”, in World Development, vol.17, n.11.
- MOSER, C. (1993) “Gender Planning and Development”, Routledge, London.
- MUNRO, M. (1995) “Ensuring gender awareness in the planning of projects”, in Wallace, T. and March, C. (orgs.) Changing perceptions, OXFAM, Oxford.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS (1995) “Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima”, Prefeitura, Campinas.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS (1995a) “Resultados preliminares - Descentralização de Campinas, Prefeitura, Campinas.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS (1995) “Projeto Dique”, Prefeitura, Santos.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS (1994) “Case study - Dikeproject a project” an experiment in intersectorial action in an underprivileged area, Santos, São Paulo, Brazil”, trabalho apresentado em Round Table Water and Health in Underprivileged Areas, Sophia Antipolis.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE (1996) “Projeto México para todos”, Prefeitura, São Vicente.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE (1995) “México para todos”, Prefeitura, São Vicente.
- RADCLIFFE, S. (1990) “Multiple identities and negotiations over gender female peasant union leaders in Peru”, in Bulletin of Latin American Research, v. 9, n. 2, p. 229-247.
- SAPIRO, V. (1981) “When are interests interesting? The problems of political representation of women”, in American Political Science Review, v. 75, n. 3, p. 701-716.

TEIXEIRA, J. (1995) “Quebra das barreiras do centralismo”, trabalho apresentado no Seminário Descentralización y actores políticos nuevos, Quito.

YOUNG, K. (1993) “Planning Development with women”, Macmillan, London.

### **ENTREVISTAS:**

BUSO, A. Consultor do Projeto México, 70.

da COSTA, H. Diretor de Coordenação e Descentralização e Participação da Prefeitura de Campinas.

de SOUZA, A. Secretário Municipal de Governo de Campinas.

LUZ, M. Assessora de Habitação da Secretaria Municipal de Governo de São Vicente.

PRADO, R. Assessora de Apoio Técnico à Família, Criança e Adolescente da Secretaria Municipal da Família, Criança e Adolescente de Campinas.

REGINO, T. Consultora do Projeto México.